



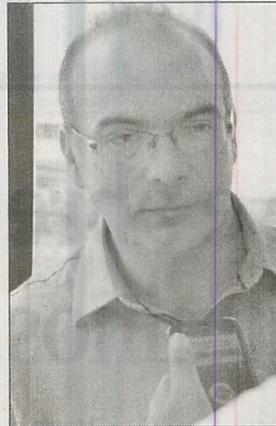
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

B-2

Jornal da Cidade

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2015

CIDADES



Jadilson Simões

REUNIÃO destacou como os órgãos devem conduzir protocolo; Márcio Barreto, SES, reconhece dificuldades; promotora Berenice frisa bom serviço

# MP quer elaborar protocolo para atendimento psiquiátrico

## Audiência estabelece viabilidade de canal de comunicação entre órgãos

Paulo Rolemberg  
DA EQUIPE JC

**D**ebates acalorados e discurso único: há uma falta de comunicação entre os órgãos no atendimento ao paciente psiquiátrico em Aracaju. O assunto foi pauta de audiência pública na manhã de ontem, na 4ª Promotoria de Defesa dos Direitos do Cidadão de Aracaju. Representantes das áreas de saúde e de forças policiais participaram da reunião. Uma nova audiência foi agendada para o dia 07 de agosto.

O objetivo da audiência foi elaborar um protocolo de atendimento para os pacientes psiquiátricos na capital. "Um dos itens de dificuldade para que haja eficácia no atendimento do Samu aos pacientes psiquiátricos é a ausência de comunicação. Isso foi apontado pelos órgãos envolvidos", disse a promotora de Justiça Berenice Andrade de Melo.

Na audiência ficou entendido que os órgãos estão via-

bilizando um canal o que resultará numa maior interação entre eles. Durante a reunião, o Samu, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros destacaram que o efetivo reduzido acaba prejudicando o atendimento. "Não pode esperar que venha um concurso e que isso estabeleça. Tem um serviço essencial a ser cumprido e cada órgão, entre eles, deve verificar melhor forma de conduzir esse protocolo. É isso que estou solicitando para que seja viabilizado atendimento melhor ao paciente psiquiátrico", frisou a promotora.

Márcio Barreto, assessor da Rede de Urgência e Emergência da Secretaria de Estado da Saúde (SES), reconheceu que existem dificuldades neste tipo de atendimento. "Tanto o Samu quanto as forças militares devem comunicar melhor para que o atendimento seja integrado. Hoje não é. Cada um faz seu atendimento e todos chegam juntos ao local, mas não estamos fazendo o atendimento integrado. Falta combinar as ações. Nós percebemos

aqui nessa reunião que todos nós precisamos nos qualificar mais", analisou.

Para Barreto, o paciente psiquiátrico é uma questão de saúde e não de polícia, mas em alguns casos é necessária a presença da polícia ou do Corpo de Bombeiros. "Em casos de paciente armado, seja arma branca ou arma de fogo, é a Polícia Militar que tem que abordar inicialmente. O Samu não pode e nem deve atender enquanto não tiver a presença da polícia. A polícia tem esse entendimento. Se você estiver armado você é um risco letal e vai com todas as técnicas e forças necessárias para isso. Ele não vê o indivíduo psiquiátrico em surto", afirmou.

O comandante do Policiamento Militar da Capital (CPMC), coronel Luiz de Azevedo, dentro das chamadas ao Ciosp o número para este tipo de atendimento é pequeno, porém dentro da importância dessas ocorrências a PM adotará medidas. "Vamos afinar os discursos com as outras

instituições e as medidas serão adotadas", disse.

Karina Cunha, coordenadora da rede de atenção psicossocial de Aracaju, disse que o problema no atendimento do paciente psiquiátrico encontra-se em questões como medo, preconceito e receio do paciente psiquiátrico. "Primeiro tem que mostrar que o paciente é um paciente como outro qualquer em seus direitos", frisou. Para ela, existe um entendimento dos órgãos antes que eles tem que atuar. "O que precisa é qualificar essa assistência. O paciente psiquiátrico acaba não sendo prioridade em comparação de outros. Só que existem momentos que esse paciente pode estar em tentativa de suicídio, portando uma arma e isso se torna uma prioridade".

A coordenadora cobrou uma sintonia no atendimento entre os órgãos. "Chama-se o Samu, aí demora-se, chama-se o Corpo de Bombeiros... Precisa ter uma sintonia para dar uma assistência de qualidade", finalizou.